



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Decisão da Entidade das Contas e
Financiamentos Políticos relativa
às Contas da Campanha Eleitoral
para a Eleição do Presidente da
República, realizada em 24 de
janeiro de 2021, apresentadas
pela Candidatura de Vitorino
Francisco da Rocha e Silva**

PA 07/PR/21/2021

fevereiro /2025



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.	3
2.1. Não atribuição de número de identificação fiscal próprio da Candidatura (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)	3
2.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)	6
2.3. Receitas inelegíveis – receitas recebidas após o último dia de campanha (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP)	9
2.4. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP).....	11
2.5. Deficiências no suporte documental de algumas despesas – descritivo incompleto (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP)	13
2.6. Discriminação indevida como donativo em espécie do trabalho realizado pela mandatária financeira (Ponto 4.6. do Relatório da ECFP)	15
2.7. Ausência de registo de despesas de campanha – publicação do anúncio do mandatário financeiro (Ponto 4.7. do Relatório da ECFP)	17
3. Decisão	18



Lista de siglas e abreviaturas

Candidato	Vitorino Francisco da Rocha e Silva
Candidatura	Candidatura de Vitorino Francisco da Rocha e Silva para a Eleição do Presidente da República, realizada em 24 de janeiro de 2021
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação das Contas de Campanha para a Eleição do Presidente da República, realizada em 24 de janeiro de 2021, da Candidatura de Vitorino Francisco da Rocha e Silva
PR 2021	Eleição do Presidente da República realizada em 24 de janeiro de 2021
SMN	Salário Mínimo Nacional
SNC	Sistema de Normalização Contabilística



1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria

A ECFP concluiu a elaboração do Relatório previsto no artigo 41.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005, de 10 de janeiro, a 24 de julho de 2024, relativo às contas da campanha da eleição do Presidente da República, realizada em 24 de janeiro de 2021, apresentadas pela candidatura de **Vitorino Francisco da Rocha e Silva**, daqui em diante identificada como Candidatura. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final no mesmo, nos termos do artigo 43.º do citado diploma.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato no ponto 4. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência ao ponto 4. do mesmo Relatório.

2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.

2.1. Não atribuição de número de identificação fiscal próprio da Candidatura (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)

Nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 14.º-A da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, os candidatos a Presidente da República dispõem de um número de identificação fiscal próprio.

Do n.º 3 do citado artigo extrai-se que é atribuído número de identificação fiscal próprio à Candidatura, aquando da sua admissão e expira com a apresentação das respetivas contas à ECFP.

ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

Decisão da ECFP relativa às Contas de Campanha Eleitoral para a Eleição do PR 2021,
apresentadas pela Candidatura de Vitorino Francisco da Rocha e Silva

PA 07/PR/21/2021



A Candidatura em apreço foi admitida, em 30 de dezembro de 2020, através do Acórdão n.º 773/2020 do Tribunal Constitucional. Não foi demonstrada a constituição ou a existência de um número de identificação fiscal próprio da Candidatura.

As despesas de campanha deveriam estar suportadas por faturas emitidas no NIF da Candidatura.

In casu, a candidatura registou no “Mapa M8 Conta – Despesas de Campanha – Propaganda, comunicação impressa e digital”, no “Mapa M12 Conta – Despesas de Campanha – Custos administrativos e operacionais” (cfr. fls. 21 a 24 do Anexo I do PA) despesas de campanha, com data posterior a 30 de dezembro de 2020, cujos suportes documentais não contêm o NIF da Candidatura (cfr. fls. 41, 43, 45, 45v, 46 e 47 do Anexo I do PA):

em EUR

Fornecedor	N.º Documento	Data	Nome adquirente	NIF do adquirente	Valor
	68	22/01/2021		208188231	3.000,00
	1000024	22/01/2021		208188231	1.230,00
Churrasqueira Couto	A/3693	16/01/2021	Consumidor Final	208188231	14,75
Gespost Gest e Adm de Postos de Abast.	4306TPV1/110004151	13/01/2021	0	208188231	30,03
Auto Reparadora Moura	022010002772FAAA000 00114782021/00000064	11/01/2021		208188231	60,01
Kryzphoto	AA/5193	13/01/2021		208188231	92,25
McDonald's Rodrigo da Fonseca	2021001407A/971	12/01/2021		208188231	25,90
Restaurante Sapo	SEC121/89	13/01/2021		208188231	80,00
Restaurante Donlimaodonlaranja	002/18368	12/01/2021		208188231	32,50
Circular Gestão de Restaurantes	Suporte: efatura	11/01/2021		208188231	20,80
Auto Reparadora Moura	Suporte: efatura	11/01/2021		208188231	30,06
Total					4.616,30

A situação acima identificada configura a violação do art. 14.º-A, n.º 2, alínea c) e a violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, para além de constituir a violação do dever de comprovação de todas as despesas, previsto no artigo 19.º, n.º 2 da Lei n.º 19/2003.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:



4.1. Não atribuição do número de identificação fiscal (NIF) próprio da candidatura

Para a apresentação de todas as despesas foi indicado o NIF da Mandatária Financeira tal como o aplicável nas candidaturas anteriores (legislativa e autárquicas) do mesmo candidato, desconhecíamos a obrigação de criar um NIF próprio para o efeito.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura veio alegar que desconhecia a obrigação de criar um número de identificação fiscal próprio para o efeito.

Um candidato a Presidente da República e o mandatário financeiro da Candidatura têm a obrigação legal de tomar conhecimento dos direitos e deveres inerentes à Candidatura, não só através da consulta da legislação aplicável como das recomendações que são publicadas pela ECFP, sempre que é designado um ato eleitoral. Não se afigura credível que um Candidato a um cargo como o de Presidente da República e a sua mandatária financeira desconheçam que o Candidato tem que possuir um NIF próprio, com vista a não ocorrer falta de transparência e confusão fiscal entre a pessoa particular e a pessoa Candidata ou entre a pessoa Candidata e o seu mandatário financeiro.

Pelo exposto, é nosso entendimento que o Candidato e sua mandatária financeira não podiam deixar de conhecer o dever da candidatura possuir NIF próprio, e dessa forma comprovar devidamente todas as despesas feitas pela Candidatura eleitoral, obrigação essa que, além de decorrer expressamente da Lei n.º 19/2003, tem sido objeto de amplo esclarecimento na jurisprudência do Tribunal Constitucional a respeito do seu cumprimento.

Face ao exposto, subsiste o incumprimento dos artigos 14.º-A, n.º 2, alínea c), do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, ocorrendo violação do dever de comprovação de todas as despesas, previsto no artigo 19.º, n.º 2 da Lei n.º 19/2003.



2.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística.

Assim, neste contexto, os documentos do processo de prestação de contas da campanha eleitoral apresentados pela Candidatura, padecem das seguintes deficiências:

A. ANEXO – VIII – Balanço de campanha eleitoral:

- i. O balanço de campanha não se encontra elaborado de forma adequada uma vez que foram registados valores nas rubricas “Outras contas a receber”, no valor de 4.265,25 EUR e “Outras contas a pagar”, no valor de 4.268,45 EUR. (cfr. fls. 14 do Anexo I do PA), valores estes que à data do fecho de contas deveriam ser nulos.
- ii. A Candidatura registou na rubrica “Caixa e depósitos bancários”, o valor de 8,45 EUR, sendo que se verificou que deveria ter sido registado o valor de 5,25 EUR, valor constante com o resultado líquido apurado na campanha (cfr. fls. 15 do Anexo I do PA).

B. ANEXO XI – Conta – Receitas de Campanha:

- i. A Candidatura apresenta no seu “ANEXO XI Conta – Receitas de Campanha”, na linha “Donativos em espécie” o valor de 1.500,00 EUR sendo que registou no mapa analítico “Mapa M5 – Conta – Receitas de campanha – Donativos em espécie” despesa no valor de 500,00 EUR (cfr. fls. 18 do Anexo I do PA);
- ii. A Candidatura registou na linha “cedências de bens a título de empréstimo” do “ANEXO XI Conta – Receitas de Campanha” o valor de 1.000,00 EUR, tendo por sua vez registado no “Mapa M6 – Conta – Receitas de campanha – cedência de bens a título de empréstimo” (cfr. fls. 19 do Anexo I do PA) três despesas no valor total de 2.000,00 EUR.



C. ANEXO XII – Conta – Despesas de Campanha:

- i. A Candidatura apresenta no seu “ANEXO XII Conta – Despesas de Campanha”, o valor de 1.500,00 EUR, na linha “Donativos em espécie” sendo que somente registou no mapa analítico “Mapa M14 – Conta – Despesas de campanha – Donativos em espécie” (cfr. fls. 37 do Anexo I) o valor de 500,00 EUR (cfr. fls. 25 do Anexo I do PA);
- ii. A Candidatura registou na linha “cedências de bens a título de empréstimo” do “ANEXO XI Conta – Despesas de Campanha” o valor de 1.000,00 EUR, tendo por sua vez registado no “Mapa M15 – Conta – Despesas de campanha – cedência de bens a título de empréstimo” (cfr. fls. 26 do Anexo I) três despesas no valor total de 2.000,00 EUR (cfr. fls. 38, 39 e 40 do Anexo I do PA).

As situações *supra* descritas configuram uma inadequada organização contabilística das contas de campanha, configurando, por isso, o incumprimento do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da Campanha

A) Balanço de Campanha

(i) O Balanço apresenta valores nas rubricas de “Outras contas a receber” e “outras contas a pagar” nos montantes de 4265.25 eur e 4268.45 eur respetivamente, uma vez que à data de fecho das contas estes valores ainda iriam ser processados para recebimento e pagamento, ou seja, à data do Balanço esperava-se receber ainda donativos para se proceder à liquidação de valores que ainda estavam por liquidar.

(ii) A diferença de 3,20 eur entre o saldo bancário à data de fecho de contas (24 janeiro 2021) e o valor registado como resultado líquido da Campanha, deve-se à diferença dos valores acima registados (ponto (i)), esta diferença foi assumida pela Mandataria Financeira suportando o valor de 3.20 eur.

B) Receitas da Campanha



(1) e (ii) Por lapso, no anexo XI - Receitas da campanha consideramos os 1000 eur (referentes a cedência de equipamento informático) como Donativo em espécie, uma vez que deveria ter sido considerado na categoria de Cedência de equipamentos tal como o mapa M6.

C) Despesas da Campanha

(1) e (ii) Por lapso, no anexo XII - Despesas da campanha consideramos os 1000 eur (referentes a cedência de equipamento informático) como Donativo em espécie, uma vez que deveria ter sido considerado na categoria de Cedência de equipamentos tal como o mapa M15.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, relativamente ao ponto **2.2. A.**, a Candidatura veio mencionar que os saldos nas rubricas de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar” nos montantes de 4.265,25 EUR e 4.268,45 EUR, respetivamente, foram registados porque à data do ato eleitoral estava pendente o recebimento de donativos para proceder à regularização destes mesmos saldos. No entanto, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 14.º-A da Lei n.º 19/2003, o número de identificação fiscal atribuído aos candidatos a Presidente da República, referido na alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo, expira com a apresentação das respetivas contas à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, e nos termos do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 19/2003, as contas bancárias são especificamente constituídas para o efeito, onde são depositadas as respetivas receitas e movimentadas todas as despesas relativas à campanha. Não podem ocorrer donativos posteriores ao ato eleitoral.

Dessa forma, e conforme referido no relatório da Entidade, estes valores, à data da prestação de contas deveriam estar regularizados e apresentar saldo nulo, o que não foi feito. Desta forma, estamos perante uma inadequada organização contabilística das contas de campanha, não tendo sido suprida a irregularidade.

Ainda quanto ao ponto **2.2.A.ii.** a Candidatura alega ainda que a diferença entre o saldo registado na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” e o valor do resultado líquido de campanha apurado (3,20EUR) foi assumido pela mandatária financeira. Porém, o que se verifica é que nas



contas apresentadas não consta a identificação do referido donativo (3,20EUR), o que se impunha, mantendo-se a irregularidade.

Em sede de contraditório, face ao exposto nos pontos **2.2. B.** e **2.2. C.**, a Candidatura veio reconhecer que por lapso, considerou nos anexos XI e XII, Receitas e Despesas de Campanha, respetivamente, valores nas rubricas de donativos em espécie, que deviam ter sido considerados nas rubricas de cedências de bens a título de empréstimo, de forma a corresponderem com os registos evidenciados nos mapas M6 e M15 – Receitas e Despesas de Campanha - Cedência de bens a título de empréstimo, respetivamente.

Pese embora a Candidatura tenha vindo prestar esclarecimentos, não juntou aos autos a apresentação de documentos de prestação de contas corrigidos ou retificados, o que se impunha com vista a sanar as irregularidades acima referidas.

Não ocorrendo a correção mantém-se uma inadequada organização contabilística das contas de campanha, e subsistindo o incumprimento do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

2.3. Receitas inelegíveis – receitas recebidas após o último dia de campanha (Ponto

4.3. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, as atividades de campanha eleitoral podem ser financiadas por donativos de pessoas singulares e pelo produto de atividades de angariação de fundos para a campanha eleitoral.

Do n.º 5 do citado artigo resulta ainda que as receitas relativas a donativos de pessoas singulares e a angariações de fundos, quando respeitantes ao último dia de campanha, devem ser depositados até ao terceiro dia útil seguinte.

No caso em análise, a Candidatura registou no “Mapa M3 Conta – Receitas de Campanha – Donativos” os seguintes donativos pecuniários no valor total de 3.760,00 EUR, cujos depósitos foram realizados entre os dias 15/02/2021 e 23/04/2021, em data posterior ao terceiro dia útil seguinte ao último dia da campanha (cfr. fls. 17 e 49 verso, 51 verso e 52 do Anexo I):



em EUR

Doador	NIF	Tipo de recebimento	Data	Valor
		Transferência Bancária	15/02/2021	1.000,00
		Transferência Bancária	16/02/2021	50,00
		Transferência Bancária	29/03/2021	1.500,00
		Transferência Bancária	23/04/2021	1.210,00
Total				3.760,00

Os referidos donativos encontram-se suportados por declarações de donativo (em numerário) datadas de 21/07/2021 (cfr. fls. 33, 34, 35 e 36 do Anexo I).

Assim, a situação descrita configura uma violação do artigo 16.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, uma vez que os donativos ocorreram em data ulterior ao último dia de campanha, tendo sido depositados na conta de campanha para além do terceiro dia útil após o mesmo.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.3. Receitas inelegíveis

Por falta de conhecimento da Lei respetiva efetuamos o depósito das receitas / donativos em data posterior ao 3º dia útil seguinte ao da campanha, para fazer face às obrigações de pagamentos que ainda se encontravam por cumprir e para poder encerrar a conta bancária.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura veio alegar desconhecimento da legislação, quanto aos depósitos, na conta bancária realizados, em data posterior ao terceiro dia útil seguinte ao último dia da campanha, de donativos recebidos.

Conforme supra fizemos referência, não se afigura razoável nem plausível que um Candidato à Presidência da República e a mandatária financeira dessa Candidatura desconheçam os deveres inerentes às contas da campanha eleitoral e não analisem as recomendações publicadas pela ECFP sobre o regime das receitas.



É nosso entendimento que o Candidato e sua mandatária financeira não podiam deixar de conhecer os deveres da candidatura quanto ao regime das receitas, mormente de donativos seja quanto ao recebimento dos mesmos e os seus limites, obrigações essas que, além de decorrerem expressamente da Lei n.º 19/2003, têm sido objeto de amplo esclarecimento na jurisprudência do Tribunal Constitucional.

Verifica-se que os donativos ocorreram em data muito posterior ao ato eleitoral (24-01-2021) e foram depositados, conseqüentemente, em data muito posterior ao terceiro dia útil seguinte ao último dia da campanha.

Face ao exposto, subsiste o incumprimento do disposto no artigo 16.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003.

2.4. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, implicando tal dever que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.

O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se pode ter como comprovadas e discriminadas as despesas efetivamente realizadas.

ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

Decisão da ECFP relativa às Contas de Campanha Eleitoral para a Eleição do PR 2021,
apresentadas pela Candidatura de Vitorino Francisco da Rocha e Silva

PA 07/PR/21/2021



Nas contas apresentadas foram registadas no “Mapa M12 Conta – Despesas de Campanha – Custos administrativos e operacionais” (cfr. fls. 22 do Anexo I do PA), despesas no valor total de 50,86 EUR, referente às quais a Candidatura não apresentou o respetivo suporte documental (faturas), tendo sido entregue, relativamente às mesmas, uma mera informação das faturas emitidas retirada do Portal da Autoridade Tributária, E-fatura, com o Número de Identificação Fiscal da mandatária financeira (Maria do Céu Nogueira da Rocha: 208 188 231), conforme fls. 45v do Anexo I do PA:

Fornecedor	N.º Documento	Data	Nome adquirente	NIF do adquirente	Valor
Circular Gestão de Restaurantes	Suporte: efatura	11/01/2021			20,80
Auto Reparadora Moura	Suporte: efatura	11/01/2021			30,06
Total					50,86

Não se considera, todavia, que tal documento se mostre suficiente e adequado para corroborar a despesa identificada supra, dado não se encontrar munido dos elementos descritivos legalmente exigidos, designadamente porque no mesmo apenas consta o valor total da aquisição e a base tributável.

Pelo exposto, a ausência de apresentação de documentação de suporte adequada à comprovação da despesa supra identificada constitui uma violação do dever de organização contabilística e, consequentemente, dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

Mais se acrescenta, que na eventualidade de a Candidatura vir a suprir a deficiência de falta do suporte documental das despesas em causa, cumpre, desde já, e sem prejuízo de outros que possam surgir, solicitar a demonstração da razoabilidade/justificação do preço dos serviços adquiridos, caso os valores das despesas sejam divergentes dos valores de mercado constantes da Listagem n.º 2/2020.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.4. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas

No decorrer da campanha foram extraviasdas 2 despesas no valor total de 50,86 eur (20,80 eur de uma despesa referente a consumíveis alimentares e 30,06 eur de combustíveis), a solução encontrada para



apresentar algum suporte documental foi recorrer ao portal E- Fatura e extrair informação sobre essas mesmas despesas, uma vez que foram pagas através da conta bancária da campanha.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura veio alegar que no decorrer da campanha foram extraviadas as duas faturas referentes às despesas identificadas no relatório inicial da ECFP. Adicionalmente, menciona que a solução encontrada para apresentar algum suporte documental foi recorrer ao portal e-Fatura.

Em sede de contraditório, a Candidatura, apesar do alegado, não apresentou documentos de suporte adicionais ou elementos complementares (v.g. 2.ª via das faturas) que permitam proceder à verificação das despesas efetuadas no âmbito da campanha eleitoral, pelo que subsiste o incumprimento do disposto nos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

**2.5. Deficiências no suporte documental de algumas despesas – descritivo incompleto
(Ponto 4.5. do Relatório da ECFP)**

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, implicando tal dever que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão estar discriminadas por categorias e ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.



Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em Diário da República, II Série, n.º 117, de 18 de junho.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se pode ter como comprovadas e discriminadas as despesas efetivamente realizadas.

No caso em apreço, foi registada no “Mapa M8 Conta – Despesas de Campanha - Propaganda, comunicação impressa e digital” uma despesa, no montante de 3.000,00 EUR, suportada pela fatura n.º 68 do fornecedor “I”, com o descritivo “Serviços de comunicação digital, produção de vídeos para os direitos de antena, fotografias de campanha e gestão de redes”, a qual não detalha individualmente o valor dos serviços prestados, impossibilitando o cotejo entre o valor de aquisição e os valores comparativos constantes da listagem n.º 2/2020.

Tal situação representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

No âmbito do exercício do contraditório, pode o Partido vir apresentar esclarecimentos adicionais e/ou juntar documentos complementares idóneos a suprir a insuficiência do descritivo daquelas despesas.

Mais se acrescenta que na eventualidade de a Candidatura vir a suprir a deficiência do descritivo incompleto das despesas em causa, cumpre, desde já, e sem prejuízo de outros que possam surgir, solicitar a demonstração da razoabilidade/justificação do preço dos serviços adquiridos, caso o valor da despesa seja divergente do valor de mercado constante da Listagem n.º 2/2020.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.5. Deficiências no suporte documental de algumas despesas – descritivo incompleto



Cumpre-nos informar que somos alheios a esta situação, uma vez que a fatura nos foi enviada pelo fornecedor, tal como se apresenta.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

Em sede de contraditório, a Candidatura veio mencionar que se assume como alheia a esta situação de deficiência no suporte documental da despesa identificada no relatório inicial da ECFP.

Cabe à Candidatura apresentar um documento que possua o descritivo dos serviços efetivamente prestados por forma a permitir à ECFP proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado (comparação com os preços de referência constantes na Listagem n.º 2/2020). Porém a Candidatura, apesar de convidada a fazê-lo, não apresentou esclarecimentos adicionais ou documentos de suporte complementares que permitam discriminar e comprovar a referida despesa, pelo que subsiste o incumprimento do disposto nos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

2.6. Discriminação indevida como donativo em espécie do trabalho realizado pela mandatária financeira (Ponto 4.6. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

A colaboração de militantes, simpatizantes e de apoiantes na campanha, nos termos do artigo 16.º, n.º 6, da Lei n.º 19/2003, não são consideradas nem como receitas, nem como despesas de campanha, não devendo por essa razão ser discriminados nas listas a que se referem as alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 12.º, ambos da Lei n.º 19/2003 – cfr. artigo 3.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003.

Compulsados os autos constata-se que a Candidatura registou no “Mapa M5: Conta – Receitas de Campanha – Donativos em espécie” e no “Mapa M14: Conta – Despesas de campanha –



donativos em espécie”; o trabalho realizado pela Mandatária Financeira como donativo em espécie, atribuindo-lhe um valor de 500,00 EUR (cfr. fls. 18 e 25 do Anexo I do PA)

Sobre esta matéria o Tribunal Constitucional, chamado a pronunciar-se sobre a ausência de registo da despesa relacionada com os serviços de Mandatário Financeiro, no Acórdão 346/2012, onde refere que “(...) a contabilidade e a organização dos documentos suporte das contas da Campanha foi efetuada pelo Mandatário Financeiro no âmbito das suas funções em conjunto com outros elementos pertencentes ao staff da campanha. Desta forma, não nos parece lógico que o Mandatário Financeiro faça incidir nas contas da campanha um custo que por si, é inerente à sua função a qual pretendeu desempenhar com todo o zelo.”

Assim, neste contexto, conclui-se que o trabalho desempenhado pela mandatária financeira, com caráter de gratuidade, se enquadra como colaboração de simpatizante ou apoiante, conforme previsto no n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003.

Face ao exposto, terá de se considerar que a Candidatura incorreu numa situação de registo indevido de despesa ao registar nas contas o trabalho da mandatária financeira como um donativo em espécie (receita e despesa) e ao qual atribuiu um valor de 500,00 EUR, violando assim o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1, 2, 3, alíneas b) e c) aplicáveis *ex vi* artigo 15.º do referido diploma legal, existindo deste modo uma sobrevalorização das receitas e despesas de campanha.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.6. Discriminação indevida como donativo em espécie do trabalho realizado pela Mandatária Financeira

Face ao exposto, assumimos a sobrevalorização das receitas e das despesas, por desconhecimento de causa, no valor de 500 eur.

Apreciação do alegado pela Candidatura:



No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura veio reconhecer a sobrevalorização das receitas e despesas de campanha, no valor de 500,00 EUR, contudo não juntou aos autos a apresentação de documentos de prestação de contas corrigidos ou retificados (expurgando tal valor seja a título de receita, como de despesa), mantendo-se uma inadequada organização contabilística das contas de campanha, e subsistindo o incumprimento do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1, 2, 3, alíneas b) e c), aplicáveis *ex vi* artigo 15.º, da Lei n.º 19/2003.

2.7. Ausência de registo de despesas de campanha – publicação do anúncio do mandatário financeiro (Ponto 4.7. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea c), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, todos da Lei n.º 19/2003, nas campanhas eleitorais existe um dever de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas despesas.

Decorre do artigo 21.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003, que no prazo de 30 dias após o termo do prazo de entrega de listas ou candidatura a qualquer ato eleitoral, o partido, a coligação, o grupo de cidadãos ou o candidato a Presidente da República promovem a publicação, em jornal de circulação nacional, da lista completa dos mandatários financeiros.

A Candidatura publicou anúncio referente à divulgação do mandatário financeiro, no “Jornal de Notícias” no dia 30 de dezembro de 2020, não tendo registado esta despesa na conta de campanha (cfr. fls. 9 do Anexo I do PA), sendo que não se encontra o pagamento desta despesa refletido na conta bancária da Campanha.

A natureza desta despesa implica o seu efetivo registo nas contas de campanha porquanto se tratar de uma despesa obrigatória e intrínseca à mesma.

O não registo nas contas de campanha de todas despesas de Campanha, contraria o disposto nos artigos 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea c), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, todos da Lei n.º 19/2003.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.7. Ausência de registo de despesas de campanha – publicação do anúncio da mandatária financeira



A despesa da publicação do anúncio não foi considerada nas contas da campanha pelo facto de à data da publicação e do pagamento do anúncio (30.12), não existir saldo na conta da campanha para efetuar o pagamento. Este valor foi assumido pela mandatária financeira.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura veio mencionar que a despesa da publicação do anúncio não foi registada nas contas da campanha pelo facto de, à data da publicação, não existir saldo na conta da campanha para efetuar o pagamento, tendo tal valor sido assumido pela mandatária financeira.

Verifica-se que o pagamento desta despesa da Candidatura foi feito pela mandatária financeira, por inexistência de saldo na conta bancária da campanha. Esta situação representa um donativo (indireto) feito pela mandatária. Para a regularidade e legalidade das contas, impunha-se realizar o depósito de tal donativo na conta bancária da campanha e registo nas contas de tal receita e o subsequente registo nas contas da despesa do anúncio e o pagamento do mesmo através da conta bancária da campanha.

Em sede de contraditório, a Candidatura veio prestar esclarecimentos, porém em nada foi suprida a irregularidade identificada, não tendo sido junto aos autos qualquer documento de prestação de contas corrigido ou retificado, mantendo-se uma inadequada organização contabilística das contas de campanha, e subsistindo o incumprimento do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea c), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pela **Candidatura** e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (artigo 43.º, n.º 1, da Lei Orgânica 2/2005):

- a) incumprimento através da não atribuição de número de identificação fiscal próprio da Candidatura (ver ponto 2.1.);



- b) incumprimento proveniente de deficiências no processo de prestação de contas (ver ponto 2.2.);
- c) incumprimento através de receitas recebidas após o último dia de campanha (ver ponto 2.3.);
- d) incumprimento pela ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (ver ponto 2.4.);
- e) incumprimento pela deficiência no suporte documental de algumas despesas (ver ponto 2.5.);
- f) incumprimento pela discriminação indevida como donativo em espécie do trabalho realizado pela mandatária financeira (ver ponto 2.6.);
- g) incumprimento proveniente da ausência de registo de despesas de campanha (ver ponto 2.7.).

Notifique-se, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei Orgânica 2/2005.

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no artigo 44.º da Lei Orgânica 2/2005.

Lisboa, 19 de fevereiro de 2025

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador
(Presidente)

Mafalda Bettencourt
(Vogal)

João Pires
(Vogal, ROC)